



MUNICIPIO DE MELGAÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Melgaço integra uma análise orçamental e económico-financeira do exercício económico, bem como do Plano Anual de Atividades e do Plano Plurianual de Investimentos, de 2013.

O ano de 2013 foi marcado por uma conjuntura económica, nacional e internacional, ainda recessiva, com o indicador de clima económico a manter o considerável movimento descendente, observado desde outubro de 2010, com uma variação negativa do PIB nacional a preços constantes de 1,4 %, num quadro de forte incerteza associado à falta de liquidez nos mercados financeiros e à implementação de medidas de austeridade, com impacto nos níveis de bem-estar geral e de consumo, este último com impactos negativos no nível de liquidação de impostos e taxas na Administração Local.

Neste contexto, cabe igualmente realçar as medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2013, em matéria de consolidação das finanças públicas e de redução da despesa, com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013. Aqui importa mencionar, desde logo, o decréscimo nas transferências obrigatórias do Orçamento de Estado para as Autarquias Locais que, em Melgaço, se manteve no ano de 2013 em - 5% relativamente a 2011 e em - 14% em relação a 2010.

A respeito do precedentemente expandido, deve ser referido que até por aqui se verifica que o Município de Melgaço segue no bom caminho na medida em que o valor da receita aumentou consideravelmente no último ano e, como se pode inferir, a respetiva fonte é alheia ao Estado, isto é, tratam-se de novas receitas municipais, o que é representativo do progresso verificado em termos de autonomia económica.

No contexto nacional, foi igualmente relevante a manutenção de medidas de exceção à fixação dos limites de endividamento municipal, com constrangimentos adicionais aos que resultariam da Lei de Finanças Locais, assim como a fixação de objetivos de redução da dívida municipal, medidas com impacto na liquidez e na capacidade de assumir novos compromissos por parte dos órgãos municipais.

Em relação à despesa, em 2013, a Câmara Municipal de Melgaço prosseguiu e consolidou o esforço de pagamento de dívidas a fornecedores e outros credores. Mais, o Executivo Municipal implementou, no final do ano transato, uma série de medidas com vista a reduzir a despesa municipal, isto sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, cujo reflexo económico será verdadeiramente perceptível em 2014.

No ano de 2013, também teve especial impacto as alterações relevantes no quadro legal que regula o funcionamento das Autarquias Locais, de que se destaca, pela sua particular relevância, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho - que estipula as normas legais disciplinadores dos procedimentos necessários à decisão da despesa e ao pagamento das dívidas em atraso. A este propósito, será de destacar que a referida Lei veio, sob a égide da racionalização da despesa, criar verdadeiras entropias ao normal e regular desenvolvimento da atividade por parte das Autarquias Locais e, ademais, não se coaduna com os pontos cíclicos de geração da receita municipal.

Todavia, apesar do contexto económico e financeiro adverso e de todas as demais contrariedades, a Câmara Municipal de Melgaço registou, em 2013, a melhor execução orçamental desde 2008.



RECEITA

No exercício económico de 2013, a execução da receita ascendeu a 84,26%, sendo que na receita corrente o grau de execução se situou nos 102,95% e na receita de capital nos 68,28%. Esta última, foi influenciada pelo atraso na transferência de verbas de fundos comunitários, cuja rubrica orçamental apresenta uma taxa de execução de apenas 47,56%. Em 31/12/2013 o valor pendente de participações de projectos financiados por fundos comunitários com pedidos de pagamento é de 473.566,67€.

Em termos globais, a receita arrecadada em relação a 2012, apesar do contexto económico adverso, aumentou em 2.946.216,26 € (subtraídas as reposições abatidas nos pagamentos).

Aliás, o ano de 2013 regista a melhor execução orçamental, em termos percentuais, desde 2008 e em valor absoluto desde 2009.

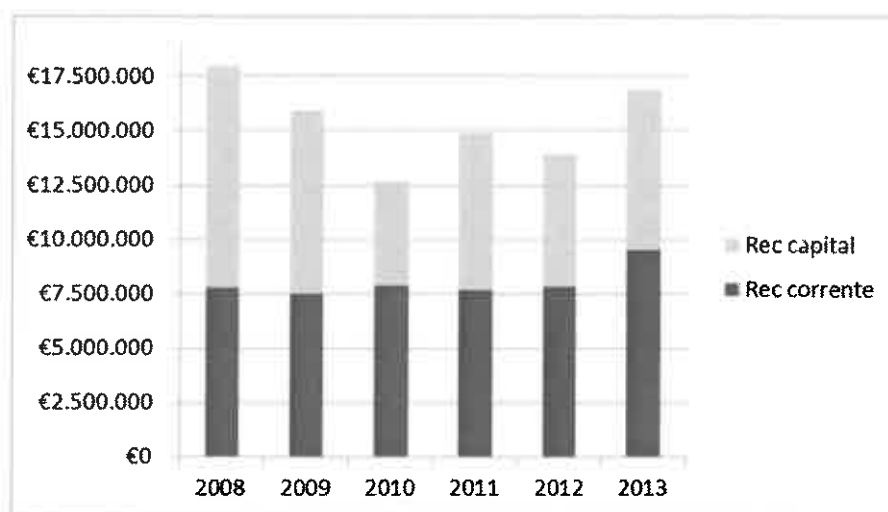


Gráfico n.º 1 – Evolução da Receita cobrada de 2008 a 2013

Execução Orçamental da Receita por capítulos:

	2013	% Total	2012	% Total
01 - Impostos Directos Correntes	1.244.062,77 €	7,37%	730.359,94 €	5,25%
02 - Impostos Indirectos	61.994,25 €	0,37%	62.723,09 €	0,45%
04 - Taxas, Multas e O. Penalidades	59.953,52 €	0,36%	61.173,53 €	0,44%
05 - Rendimentos de Propriedade	1.443.647,18 €	8,56%	1.177.985,00 €	8,46%
06 - Transferências Correntes	5.854.136,24 €	34,70%	4.736.505,11 €	34,02%
07 - Vendas de Bens Serviços	787.410,50 €	4,67%	987.481,27 €	7,09%
08 - Outras Receitas Correntes	48.530,78 €	0,29%	86.584,96 €	0,62%
09 - Venda de Bens de Investimento	- €	0,00%	- €	0,00%
10 - Transferência de Capital	4.030.249,78 €	23,89%	5.379.365,83 €	38,64%
11 - Ativos Financeiros	14.184,11 €	0,08%	4.753,55 €	0,03%
12 - Passivos Financeiros	3.257.480,00 €	19,31%	687.987,58 €	4,94%
13 - Outras Receitas de Capital	67.142,07 €	0,40%	7.680,08 €	0,06%
TOTAL	16.868.791,20 €		13.922.599,94 €	

As transferências do Orçamento de Estado constituem a maior componente da receita municipal com um peso no ano de 2013 de 35,37%. Contudo esta fonte de financiamento tem vindo a diminuir consideravelmente, apresentando 50,64% em 2008.



O ano de 2013 continuou a ser marcado pelo processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira e nesse contexto, as transferências para os Municípios, através do Orçamento de Estado, diminuíram (apresentando uma diferença de 268.297,00€ relativamente a 2008 para o Município de Melgaço), tendo estagnado em 2013.

Contudo, a composição do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital (incluído no Capítulo 10) diminuiu por contrapartida do Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente (incluído no Capítulo 06).

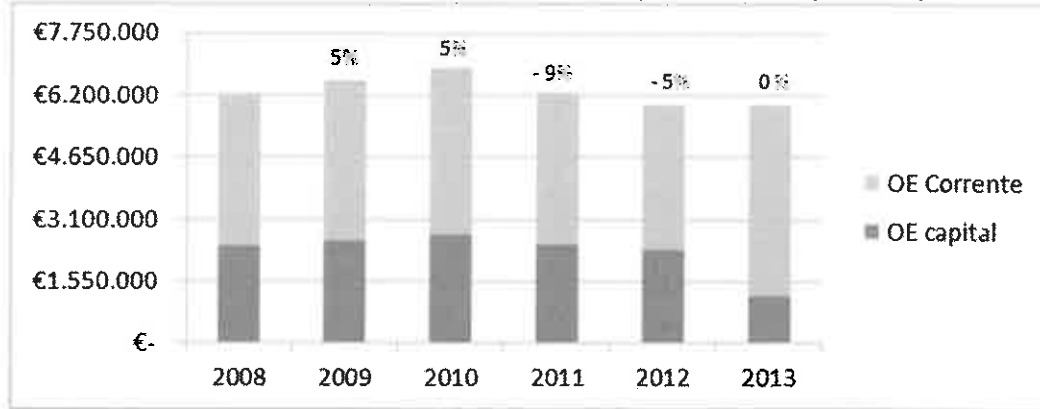


Gráfico n.º 2 – Evolução das Transferências do OE de 2008 a 2013

A receita proveniente da comparticipação de projectos financiados por Fundos Comunitários comprova a capacidade do Município em apresentar candidaturas e captar esta fonte de financiamento, fundamental para a realização de investimento.

	Fundos Comunitarios	% receita total	% Despesas de investimento
2008	1.755.213,74 €	9,76%	39,27%
2009	2.247.952,86 €	14,11%	35,86%
2010	1.487.955,53 €	11,77%	66,24%
2011	4.571.550,34 €	30,67%	50,40%
2012	3.015.360,83 €	21,65%	47,21%
2013	2.838.247,78 €	16,82%	20,66%

O aumento da receita em 2013, é maioritariamente fruto do empréstimo ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) conjugado com os seguintes factores:

i) o aumento dos impostos municipais, cuja rubrica representa já 7,37% da receita total e 13,10% da receita corrente :

	IMI	Taxa IMI	IMT	IUC	Imp abolidos	Total
2008	449.201,35 €	0,30%	158.221,30 €	90.738,81 €	1.060,62 €	699.222,08 €
2009	387.871,86 €	0,20%	103.533,30 €	112.247,97 €	82,81 €	603.735,94 €
2010	400.352,73 €	0,20%	115.619,85 €	126.629,71 €	495,35 €	643.097,64 €
2011	514.117,73 €	0,30%	126.784,05 €	129.928,71 €	- €	770.830,49 €
2012	505.337,46 €	0,32%	61.506,40 €	163.516,08 €	- €	730.359,94 €
2013	915.436,69 €	0,32%	86.926,01 €	241.700,07 €	- €	1.244.062,77 €

Tabela n.º .. – Evolução da cobrança de Impostos Municipais de 2008 a 2013



Câmara Municipal

ii) o aumento dos rendimentos de propriedade principalmente com origem no pagamento da renda de 2,5% da facturação do Parque Eólico do Alto Minho (Renda das Eólicas), representando 5,92% da receita total e 10,51% da receita corrente em 2013 .

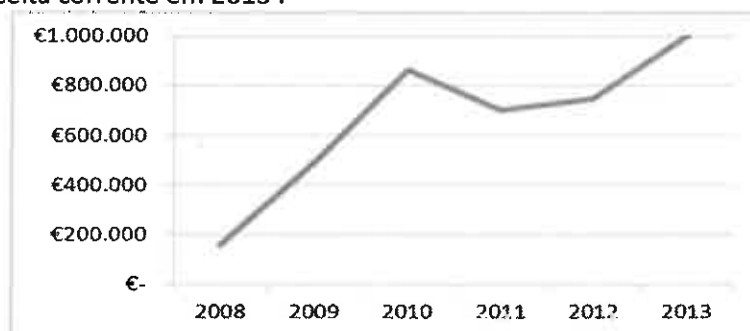


Gráfico n.º 3 – Evolução da Renda das Eólicas de 2008 a 2013

iii) e a diminuição na rubrica 07- Venda de Bens e Serviços, mais especificamente na sub-rubrica 07020904 - Trabalho por conta de particulares, derivado às ligações efectuadas em 2012 de ramais de água e saneamento de sistemas que entraram em funcionamento.

A receita proveniente da cobrança de tarifas no sector do Abastecimento de água, Saneamento e resíduos sólidos apresenta a seguinte evolução:

	Abast. Água	Saneamento	Resíduos sólidos
2008	238.781,70 €	170.500,17 €	120.852,83 €
2009	208.725,09 €	71.453,55 €	103.579,86 €
2010	201.828,37 €	75.249,31 €	113.446,11 €
2011	270.346,17 €	110.950,40 €	163.258,12 €
2012	238.858,14 €	109.306,87 €	154.885,96 €
2013	240.338,22 €	118.907,01 €	147.437,21 €

Evolução de indicadores 2008-2013

Indicadores de Estrutura da Receita	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Propria / Receita Total	19,83%	11,09%	13,64%	13,95%	17,08%	14,63%
Impostos Directos / Receita total	5,59%	3,79%	5,08%	5,11%	5,23%	7,37%
Fundos Municipais(Correntes + Capital) / Receita Total	50,64%	41,98%	52,75%	41,87%	42,75%	35,37%
Receitas correntes / Receitas totais	43,26%	47,01%	62,38%	51,43%	56,32%	56,31%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	16,90%	2,91%	0,00%	0,00%	15,77%
Transferências do Exterior(Correntes+Capital)/Receita total	80,17%	26,23%	21,98%	37,19%	29,73%	23,22%
Fundos Comunitários / Receitas Totais	9,76%	14,11%	11,77%	30,67%	21,65%	16,82%



DESPESA

A execução da despesa no exercício de 2013, no valor de 17.688.056,50€, ascendeu a 90,31%, apresentando no último triénio uma diminuição progressiva como se verifica no seguinte gráfico:

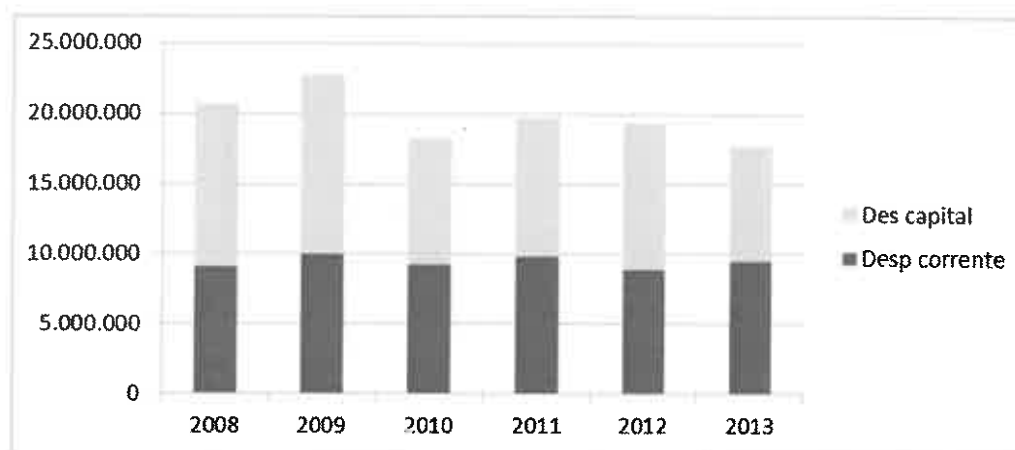


Gráfico n.º 4 - Evolução da despesa (compromissos) de 2008 a 2013

Execução Orçamental da Despesa por capítulos:

	2013	% Total	2012	% Total
01 - Despesas com o pessoal	4.809.189,05 €	27,19%	4.255.843,26 €	22,02%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.648.342,86 €	20,63%	3.096.106,20 €	16,02%
03 - Juros e Outros Encargos	315.661,62 €	1,78%	434.107,30 €	2,25%
04 - Transferências correntes	470.847,72 €	2,66%	419.013,98 €	2,17%
05 - Subsídios	144.399,26 €	0,82%	528.327,23 €	2,73%
06 - Outras despesas correntes	110.643,19 €	0,63%	182.677,94 €	0,94%
07 - Aquisição de Bens de Capital	6.078.114,20 €	34,36%	8.331.808,23 €	43,10%
08 - Transferência de Capital	105.860,81 €	0,60%	15.821,48 €	0,08%
09 - Activos Financeiros	7.650,00 €	0,04%	23.424,18 €	0,12%
10 - Passivos Financeiros	1.997.347,79 €	11,29%	2.042.021,42 €	10,56%
11 - Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%
TOTAL	17.688.056,50 €		19.331.163,22 €	

A evolução das despesas com o pessoal tem uma correlação, não só com o número de trabalhadores e o seu índice salarial mas também, com as normas fixadas pelos sucessivos Orçamentos de Estado.

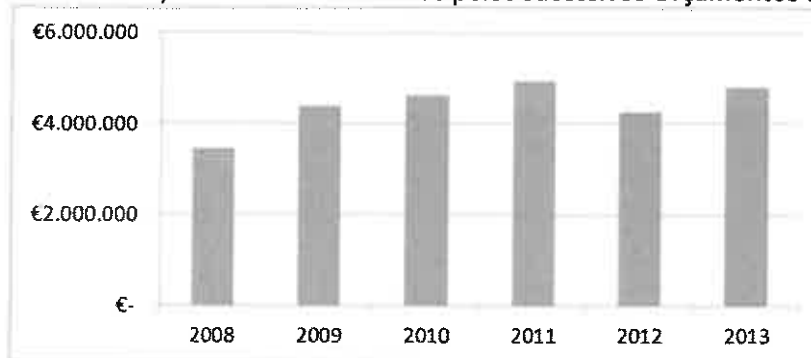


Gráfico n.º 5 - Evolução das despesas de pessoal de 2008 a 2013



Câmara Municipal

Assim, o aumento de 2013 comparativamente a 2012 resulta do pagamento do subsídio de férias e subsídio de natal aos trabalhadores. Adicionalmente, os encargos de entidade com a Caixa Geral de Aposentações passaram de 15% para 20 %.

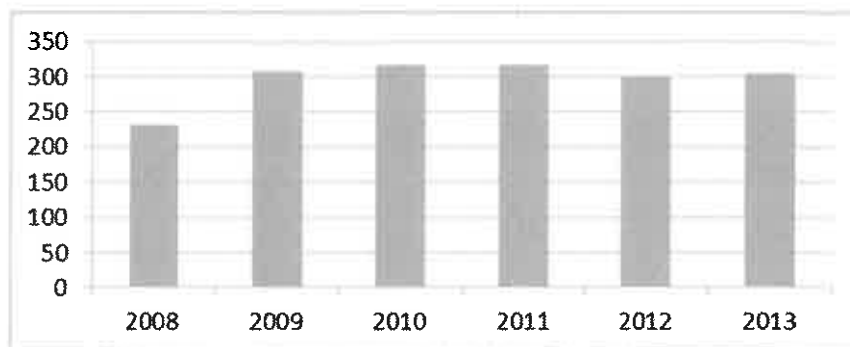


Gráfico n.º 6 - Evolução do nº de Trabalhadores de 2008 a 2013

	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (AEC, CEI, etc)	Total
2010	6	34	57	186	6	28	317
2011	7	31	58	184	5	32	317
2012	7	32	56	175	5	24	299
2013	7	31	55	169	5	37	304

A evolução do número de trabalhadores reflecte o cumprimento da disposição do Orçamento de Estado que impôs às autarquias locais a redução de 2% do número total de trabalhadores e de 50 % do número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo (com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus, que por identidade de razão se considerou a exclusão dos Sapadores Florestais, por ser uma equipa financiada pela Autoridade Florestal Nacional com protocolo celebrado em 15/06/2009). Para efeitos desta redução, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de actividades objecto de transferência ou contratualização de competências da administração central para as autarquias no domínio da educação.

Assim, no total de trabalhadores a 21/12/2013 estão incluídos:

Professores AEC	5
Pessoal Contrato Execução	48
Contratos Emprego Inserção	18
Estágios IEFP	1
Total	72

Sendo que estes dois últimos apenas iniciaram em 2013 e também não são considerados para efeitos da redução de trabalhadores imposta pelo Orçamento de Estado de 2013.

A rubrica orçamental com mais peso no orçamento da Despesa é a realização de aquisição de bens de capital, apresentando-se abaixo a decomposição por sub-rubricas, cuja discriminação detalhada se pode consultar no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos:



	2013	% no Total
Habitacões	35.769,86 €	0,59%
Instalações de serviços	22.192,94 €	0,37%
Escolas	2.850.830,61 €	46,90%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	246.683,45 €	4,06%
sistemas de drenagem de aguas residuais	419.320,06 €	6,90%
Iluminação pública	686.507,33 €	11,29%
Parques e Jardins	3.764,13 €	0,06%
Instalações Desportivas e Recreativas	26.935,53 €	0,44%
Captação e Distribuição de agua	307.436,64 €	5,06%
Viação Rural	561.455,32 €	9,24%
Sinalização e Trânsito	10.560,22 €	0,17%
Cemitérios	345.126,07 €	5,68%
Outros construções	84.627,57 €	1,39%
Equipamento de informatica	37.806,01 €	0,62%
Software	166.665,69 €	2,74%
Equipamento administrativo	5.335,71 €	0,09%
Equipamento basico	44.014,43 €	0,72%
Ferramentas e utensilios	3.989,73 €	0,07%
outros Investimentos	202.778,60 €	3,34%
Bens de dominio público	16.314,81 €	0,27%
TOTAL	6.078.114,71 €	

Aquisição de bens e serviços

Foram introduzidas medidas de racionalização de despesa corrente que se traduziram numa diminuição de custos em rubricas como Limpeza e higiene (tendo-se optado pela aquisição directa de bens em detrimento da prestação de serviços que se estava a revelar mais dispendiosa), material de escritório, vestuário e artigos pessoais (controle efectivo dos equipamentos entregues e a sua durabilidade), seguros (por negociação de contrato). As medidas de racionalização de consumos de combustíveis de viaturas e máquinas e combustíveis de aquecimentos reflectiram-se numa efectiva diminuição de consumos.

O aumento registado no capítulo 02-Aquisição de Bens e Serviços deve-se em parte à contabilização a partir do ano de 2013 do Contrato-Programa entre o Município e a empresa Municipal Melsport, EM, traduzindo-se num aumento nos valores deste capítulo no Orçamento Municipal e uma diminuição no capítulo 05- Subsídios. Por outro lado, também ao aumento de receita dos Impostos Municipais (já analisado anteriormente), a rubrica de 020224 - Encargos de cobrança de receita sofreu um aumento porque resulta de uma percentagem da respectiva receita aplicada pela Autoridade Tributária.

Para melhor informação apresenta-se de seguida uma análise às despesas efectuadas e receitas no Sector Educação por não ser de leitura directa nos mapas de prestação de contas.

Assim, no ano de 2013 as despesas ascenderam a 617.843,37 €. Este valor reflecte despesas de dois anos lectivos, ou seja, do ano lectivo de 2012/2013 (com despesas de Janeiro a Julho de 2013) e do ano lectivo de 2013/2014 (com despesas de Setembro a Dezembro de 2013). Os níveis de ensino mais representativos para a despesa no sector da Educação são o pré-escolar e o 1º ciclo de ensino:

**Despesas 2013**

Despesas com Serviços Externos	
Serviços de alimentação	34.788,07 €
Transporte Escolar	200.035,31 €
Atividades Extra-curriculares	19.508,88 €
Despesas com Pessoal	
Prolongamento de Horário pré-escolar	- €
Pré-Escolar (remunerações de pessoal não docente)	104.606,58 €
Pré-Escolar (prolongamento de horário)	81.216,53 €
Pré-Escolar (outras despesas)	5.323,80 €
1º Ciclo (remunerações de pessoal não docente)	126.114,48 €
1º ciclo (AEC)	35.563,30 €
1º Ciclo (outras despesas)	7.007,79 €
Acompanhamento Socio-educativo (2012/2013)	3.678,63 €
TOTAL	617.843,37 €

A receita arrecada em 2013 resulta também de transferências respeitantes a anos lectivos anteriores, em resumo:

Receltas	2013	Observações
Transporte Escolar	69.454,00 €	Transferência DGAL
Transporte Escolar	4.946,09 €	Passes Alunos
Atividades Extra Curriculares	36.925,00 €	Ano letivo 2012/2013
Atividades Extra Curriculares	10.487,64 €	Ano letivo 2013/2014
Refeições Escolares	11.386,56 €	Ano letivo 2012/2013
Refeições Escolares	5.256,59 €	Participação alunos
Componente Apoio à Família	56.536,09 €	Ano letivo 2011/2012
Componente Apoio à Família	79.463,20 €	Ano letivo 2012/2013
Componente Apoio à Família	13.067,36 €	Ano letivo 2013/2014
Sub - total	287.522,53 €	
Pessoal não docente - Pré-Escolar	69.337,14 €	Acordo de Cooperação
Pessoal não docente - 1º ciclo	88.771,36 €	Acordo de Cooperação
Sub - total	158.108,50 €	
TOTAL	445.631,03 €	

Adicionalmente as despesas com o 2º e 3º ciclo de ensino, designadamente as remunerações do pessoal têm participação através do Acordo de Cooperação, com excepção dos trabalhadores cedidos ao Agrupamento de Escolas que excedem o rácio estipulado.

Evolução de indicadores:

		2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa Total	80,78%	90,99%	96,94%	102,62%	96,09%	100,71%
	(Receita Total-Passivos Financeiros) / Despesa Total	80,78%	75,62%	94,12%	102,62%	96,09%	84,83%
Estrutura da Despesa	Despesa de Pessoal / Despesa Total	22,03%	24,74%	34,97%	33,43%	28,94%	28,35%
	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Despesa total	16,30%	16,68%	15,38%	13,87%	13,27%	19,33%
	Serviço dívida/ Despesa Total	10,43%	9,07%	11,63%	10,44%	10,37%	9,04%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pelos Fundos	Aquisição de Bens de investimento / Despesa total	40,27%	41,05%	30,08%	33,34%	34,18%	33,86%
	Despesas de Pessoal / Fundos Municipais Correntes	53,84%	64,76%	68,38%	77,80%	70,47%	79,57%
	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Fundos Municipais Correntes	39,83%	43,67%	30,08%	32,28%	32,32%	54,25%
	Serviço da Dívida / Fundos Municipais Correntes	25,50%	23,75%	22,74%	24,29%	25,24%	25,38%



ENDIVIDAMENTO

No final de 2013, o saldo de empréstimos de médio e longo prazo era de 9.823.085,75 €, valor que inclui empréstimos contratados em 2013:

1. o empréstimo contratado ao abrigo do PAEL, com um saldo no valor de 2.029.942,92 €.
2. o empréstimo para financiamento da construção da Escola Superior de Desporto, com um saldo no valor de 553.063,86 €

Registou-se ainda a amortização final de dois empréstimos de acordo com os respectivos planos da dívida.

A diminuição da dívida de passivos financeiros é considerável tendo-se consolidado desde 2009, conforme se constata no seguinte gráfico:

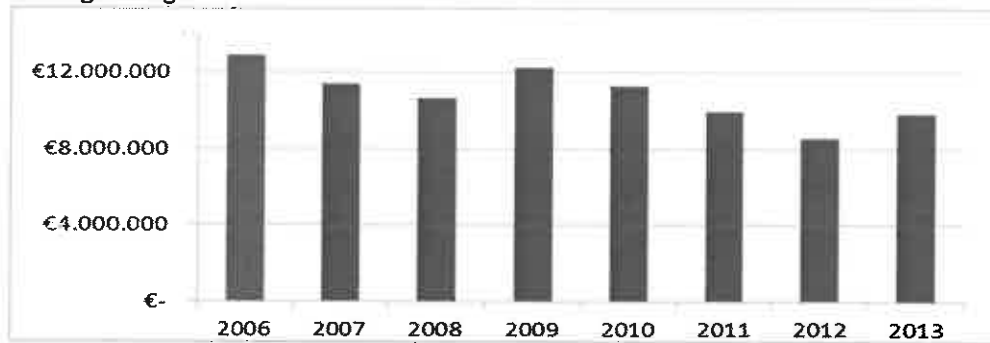


Gráfico n.º 7 - Evolução dos empréstimos de médio e longo prazo

As amortizações do capital contratados dos empréstimos representam 92% do serviço da dívida. Por outro lado, o serviço da dívida de médio e longo prazo representa apenas 8,59% da Despesa, sendo que as amortizações têm um peso de 7,91% na Despesa.

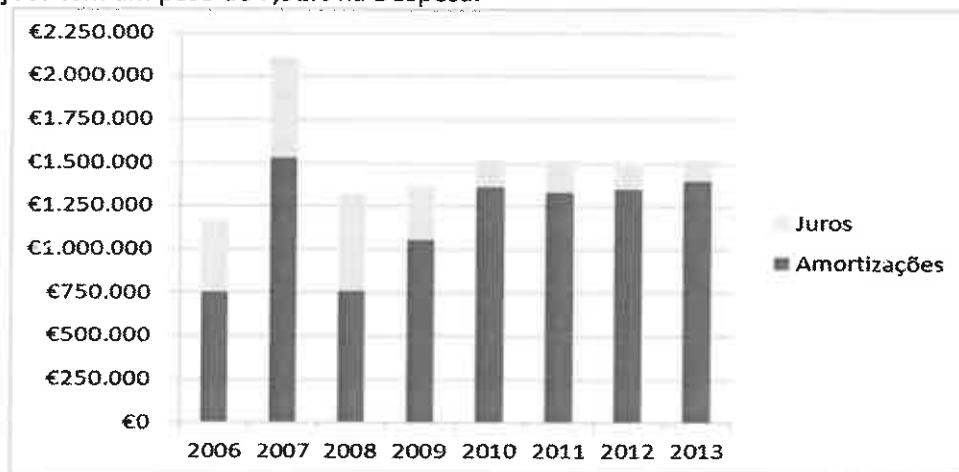


Gráfico n.º 8 - Evolução do serviço da dívida

Nos Termos do Orçamento de Estado para 2013 (artigo 96º), a redução do endividamento nas autarquias locais tem de ser aferida pelos parâmetros:

1. até ao final do ano de 2013, redução para além do já previsto no PAEL, aprovado pelo Decreto –Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2012.
2. o aumento de receita do IMI , resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo e ou, pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de Junho de 2012.



Câmara Municipal

1. Pagamentos em atraso (dados reportados no SIAL)

Pagamentos em atraso		Verificação dos Limites	
2011	3.772.207,92 €	1. Pag atraso Set -12	3.859.576,69 €
set-12	3.859.576,69 €	2. PAEL (utilização)	2.105.126,00 €
2012	3.528.897,83 €	3. Diferença (1-2)	1.754.450,69 €
1Trim 2013	2.963.173,86 €	4. 10% Pag atraso Set- 12 (10%x1)	385.957,67 €
2Trim 2013	1.884.345,80 €	5. limite maximo pag atraso (3-4)	1.368.493,02 €
3Trim 2013	1.873.467,58 €	6. Pag atraso Dez-12	1.204.920,00 €
4Trim 2013	1.204.920,00 €	7. Redução adicional (margem)	163.573,02 €
redução set/12	2.654.656,69 €		

2. Redução do endividamento de médio e longo prazo versus o aumento de receita do IMI resultante da AG

	Diminuição do Endividamento de médio e longo prazo	IMI resultante da AG *
2013	1.399.347,79 €	138.906,45 €

* informação da Autoridade Tributária e Aduaneira por mail de 12-12-2013.

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL
(Artigo 37º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais)

Data do reporte	Limites ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Situação (Margem/Excesso)	
	Líquido	Médio e longo prazo	Líquido	Médio e longo prazo		Líquido	Médio e longo prazo
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-07	8.160.677,98 €	6.528.542,38 €	5.614.640,62 €	6.501.059,23 €	4.877.250,63 €	2.546.037,36 € (margem)	27.483,15 € (margem)
31-12-08	8.661.193,56 €	6.928.954,85 €	8.068.449,00 €	5.996.717,31 €	4.617.324,77 €	592.744,56 € (margem)	932.237,54 € (margem)
31-12-09	9.089.324,04 €	7.271.459,23 €	12.370.141,51 €	7.934.652,14 €	4.312.907,89 €	3.280.817,47 € (excesso)	663.192,91 € (excesso)
31-12-10	9.222.016,08 €	7.377.612,86 €	10.421.346,25 €	6.741.272,73 €	4.512.325,40 €	1.199.330,18 € (excesso)	636.340,13 € (margem)
31-12-11	8.531.526,06 €	6.825.220,85 €	0,00 €	5.770.704,50 €	4.142.754,60 €	8.531.526,06 € (margem)	1.054.516,35 € (margem)
31-12-12	-172.089,47€	6.325.058,93€	- 320.284 €	4.787.946 €	3.775.077 €	148.194 € (margem)	1.537.113 € (margem)
31-03-13	-172.089 €	6.725.768 €	-946.642 €	5.212.058 €	3.695.421 €	774.553 € (margem)	1.513.709 € (margem)
30-06-13			-430.758 €	6.333.339 €	3.579.488 €	258.668 € (margem)	392.428 € (margem)
30-09-13			-1.481.842	6.748.846 €	3.490.812 €	1.309.753 € (margem)	23.078 € (excesso)
31-12-13			-3.494.455 €	6.452.569 €	3.370.516 €	3.322.366 € (margem)	273.198 € (margem)



Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de Setembro, com o objectivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, com um aditamento em 05/02/2013 fixando o seu valor em 2.130.366,25 €, foi objecto de visto prévio do Tribunal de Contas em 03/04/2013.

O valor utilizado do empréstimo contudo situou-se em 2.105.126,00 €, sendo que a primeira tranche no valor de 1.491.256,38 € foi recebida em 24/04/2013 e a segunda tranche no valor de 613.869,62 € foi recebida em 09/09/2013.

A diferença resulta na impossibilidade de efetuar o pagamento a alguns fornecedores, apesar das diligências dos serviços municipais, por razões não imputáveis ao Município, a saber:

- Cessação de actividade de alguns fornecedores em sede de IRS, IVA e IRC, sem que tenham acautelado a situação de créditos pendentes nas escrituras de dissolução de sociedade ou então este documento não foi enviado ao Município;
- falecimento de um prestador de serviços cuja habilitação de herdeiros não menciona a dívida.

Contudo, os serviços municipais e o consultor jurídico do município estão a analisar estas situações de forma a não prejudicar as entidades envolvidas.

O empréstimo teve a sua primeira prestação em 15-11-2013, com a amortização de capital no valor de 75.183,08 € e juros no valor de 21.951,99 €, tendo sido aplicado a taxa de juro de 2,707% acrescido de um spread de 0,150%. Assim, o capital em dívida a 31-12-2013 era de 2.029.942,92 € .

O Município deve apresentar informação sobre a aplicação do PAEL e a implementação das medidas apresentadas no PAF, conjuntamente com o Relatório de prestação de contas. A DGAL disponibilizou os respectivos templates em Excel com as matrizes correspondentes à informação que deverá constar dos relatórios a apresentar, que se encontram preenchidos em anexo ao presente relatório de gestão.